

APROVADO

A Vogal do
Conselho Diretivo da APA I.P.

Ministério do Ambiente e Energia
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Inês Andrade



Programa do Procedimento

**Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do
esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos**

PA 165/2024.1

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

1. Identificação do procedimento

O presente procedimento de contratação adotado segue a forma de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante é a APA, I.P., com sede na Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Alfragide, Amadora, e os seguintes contactos:

Telefone:	21 472 82 00
Fax:	21 471 90 74
Endereço eletrónico:	geral@apambiente.pt

3. Objeto do procedimento

3.1 O presente procedimento de contratação tem por objeto, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas no Caderno de Encargos, a "Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos", cujas especificações técnicas se encontram detalhadas no Caderno de Encargos.

3.2 A adjudicação será por lotes nos seguintes termos:

N.º do lote	Descrição do Lote
1	Elaboração do projeto de execução para a reabilitação do esporão de Ofir
2	Elaboração do projeto de execução para a reabilitação do esporão sul de Paramos

3.3 A entidade adjudicante não limita o número de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles.

4. Decisão de Contratar

A decisão de contratar pertence ao órgão competente para autorizar a realização da despesa, nos termos do artigo 36.º do CCP, no caso pela Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P., Dra. Inês Andrade, no uso da competência delegada pelo Conselho Diretivo, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 e da subalínea i. da alínea a) do n.º 5 da Deliberação n.º

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

1660/2024, de 17 de dezembro de 2024, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro de 2024, conjugada com a alínea b) do n.º1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

5. Concorrentes

- 5.1 Podem concorrer ao presente procedimento qualquer entidade, pessoa singular ou coletiva, ou agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 5.2 Tratando-se de um agrupamento concorrente, os membros que o constituem:
 - (a) Não podem concorrer isoladamente ao presente procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente;
 - (b) São solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta;
 - (c) Devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em caso de adjudicação.
- 5.3 Os concorrentes ao presente procedimento não se podem encontrar em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP.

6. Modalidade jurídica de associação de agrupamento

Em caso de adjudicação a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária.

7. Peças do procedimento

- 7.1 O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente programa do procedimento, no caderno de encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados e efetuados.
- 7.2 As peças do presente procedimento estarão disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, de forma livre, completa e gratuita, desde a data de publicação, do anúncio no Diário da República.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

8. Júri

- 8.1 O presente procedimento é conduzido por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 8.2 O júri do procedimento é composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designados por despacho do órgão competente para a decisão de contratar.
- 8.3 O júri do procedimento inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
- 8.4 Compete nomeadamente ao júri:
 - (a) Proceder à análise e avaliação das propostas;
 - (b) Elaborar os relatórios de análise e avaliação das propostas;
 - (c) Exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 8.5 No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri é dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Assuntos Administrativos e Financeiros Administração da Região Hidrográfica do Norte.

9. Plataforma eletrónica de contratação e assinatura eletrónica

- 9.1 As formalidades respeitantes ao presente procedimento, bem como o carregamento de todos os documentos são assegurados através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
- 9.2 Todos os documentos que constituem as propostas, incluindo os documentos anexos, emitidos pelos concorrentes e carregados na plataforma eletrónica de contratação indicada no número anterior, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica.
- 9.3 Os demais documentos que integram as propostas emitidos por entidades terceiras devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 9.4 Os certificados a que se refere o n.º 2 são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
- 9.5 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, a entidade interessada deve submeter à plataforma um documento eletrónico oficial comprovativo do poder de representação do assinante.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

- 9.6 Quando a proposta é apresentada por um agrupamento concorrente, todos os documentos que a integram devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o constituem, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 9.7 Para efeitos de consulta dos interessados, as peças do procedimento encontram-se patentes na Administração da Região Hidrográfica do Norte na Rua Formosa, 254 4049-030 Porto, com o telefone n.º +351 223 400 000.

10. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

- 10.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação indicada no artigo anterior, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento que detetem, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 50.º do CCP.
- 10.2 Até ao final do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a. O júri presta os esclarecimentos que tenham sido solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões devidamente identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 10.3 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetadas pelos interessados são disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação indicada no artigo anterior, junto às peças do procedimento disponíveis para consulta e imediatamente notificados desse facto todos os interessados que, entretanto, já as tenham obtido.
- 10.4 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 10.5 O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

- 10.6 Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 10.7 Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
- 10.8 A decisão de prorrogação do prazo de apresentação das propostas caberá ao órgão competente para a decisão de contratar e deverá ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

11. Prazo e modo de apresentação das propostas

As propostas e os documentos que as acompanham deverão ser apresentados até às 23:59 horas do 30º (trigésimo) dia a contar da data do envio, para publicação, do anúncio no Diário da República, diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, não sendo considerada a proposta apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo o concorrente responsável por todos os atrasos que porventura se verifiquem, aplicando-se à contagem dos prazos o disposto no n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

12. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data do termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das propostas.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

13. Documentos da proposta

13.1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos nos termos do artigo 57.º do CCP:

- a. Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) em formato eletrónico no Portal da Comissão Europeia, disponível no endereço <https://ec.europa.eu/tools/espd>;
- b. Cópia da(s) certidão(ões) permanente do registo comercial ou disponibilização do(s) código(s) de acesso para a sua consulta on-line, da empresa concorrente ou, no caso de agrupamento concorrente, das empresas que o constituem. Em caso de concorrente não nacional deverá ser apresentado documento equivalente;
- c. Em caso de agrupamento de empresas, declaração de intenção de formalização de associação, conforme minuta constante do Anexo I ao presente Programa do Procedimento, na qual será discriminada a prestação de cada interveniente;
- d. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do Contrato submetidos à concorrência pelo caderno de encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III deste Programa do Procedimento.
- e. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar relevantes para apreciação da mesma.

13.2 Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:

- a. Identificação dos membros do agrupamento, e respetivos domicílios ou sedes, bem como, no caso de pessoas coletivas, a identificação dos representantes legais;
- b. Documentos comprovativos dos poderes de representação dos representantes de cada um dos membros do agrupamento e/ou do representante comum do agrupamento e identificação deste último;
- c. Descrição das prestações e obrigações que caberão a cada membro do agrupamento;
- d. Referência a que cada um dos membros do agrupamento fica obrigado de forma solidária com os demais membros do agrupamento, perante o contraente público, pela manutenção da proposta e pelo cumprimento das obrigações decorrentes da mesma;
- e. Acordo-promessa de constituição de agrupamento, elaborado de acordo com o Anexo I a este Programa do Procedimento;

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

- f. Procurações e instrumentos de mandato, incluindo, se aplicável, os emitidos por cada uma das entidades que compõem o agrupamento quando tenha sido designado um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso.
- 13.3 Os documentos emitidos pelo concorrente devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante assinatura digital qualificada, sendo que no caso do certificado digital não relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura é obrigatório que o concorrente submeta à plataforma documento indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
- 13.4 Os demais documentos devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 13.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos pontos 13.1 a 13.3 devem ser assinados por representantes de cada membro do agrupamento ou pelo representante comum dos membros que o integram designado para o efeito.
- 13.6 Todos os documentos que constituem a proposta devem ser exclusivamente redigidos em língua portuguesa, inclusive os mencionados no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, ou não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e declaração, na qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, da sobredita tradução sobre os respetivos originais.

14. Propostas apresentadas por lote

- 14.1 As propostas são apresentadas por lote.
- 14.2 Não há limite do número de lotes a que cada concorrente pode apresentar proposta, podendo apresentar proposta para um, vários ou para todos os lotes.
- 14.3 No caso de serem apresentadas, pelo mesmo concorrente, propostas para mais do que um lote as mesmas serão avaliadas individualmente.
- 14.4 Em resultado das propostas adjudicadas, os contratos podem ser celebrados por lote ou combinar vários ou a totalidade dos lotes.
- 14.5 Se, em relação a um ou mais lotes não forem apresentadas propostas ou forem excluídas as propostas apresentadas, é adotado o procedimento de ajuste direto, ao abrigo da alínea a) ou b), consoante o caso, do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

15. Indicação do preço e preço base

- 15.1 O preço constante da proposta deverá ser expresso em euros e indicado em algarismos e por extenso e não devem incluir o IVA, conforme modelo constante do anexo III ao presente programa de procedimento.
- 15.2 Em caso de divergência entre os preços indicados em algarismos e por extenso, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
- 15.3 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 15.4 O preço indicado inclui todos os custos relativos à execução do contrato, incluindo custos incidentais ou acessórios, como taxas, seguros ou transporte.
- 15.5 O preço proposto não pode exceder o valor base de cada um dos lotes, cujo montante global é de 70 000,00 € (setenta mil euros), ao qual acresce IVA à taxa em vigor (23%), repartido pelos lotes da seguinte forma:
- a. Lote 1 - Elaboração do projeto de execução para a reabilitação do esporão de Ofir – 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros);
 - b. Lote 2 - Elaboração do projeto de execução para a reabilitação do esporão sul de Paramos – 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros).
- 15.6 O preço proposto não pode exceder o valor base de 70 000,00 € (setenta mil euros), ao qual acresce IVA à taxa em vigor (23%).

16. Preço anormalmente baixo

O preço proposto é considerado anormalmente baixo quando seja igual ou inferior a 20% em relação ao preço base, sendo esta a percentagem limite para se considerar que o valor da proposta é sério e credível para assegurar a boa execução das prestações contratuais.

17. Propostas variantes

No presente procedimento não é admitida a apresentação de propostas variantes.

18. Lista dos concorrentes

O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, publicita a lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação indicada no ponto 9.º do presente programa do procedimento, nos termos previstos no artigo 138.º do CCP.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

19. Análise das propostas

- 19.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos e condições em que o concorrente se propõe a contratar.
- 19.2 São excluídas as propostas cuja análise que revele qualquer uma das causas de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

20. Esclarecimentos sobre as propostas e documentos que as acompanham

- 20.1 O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 20.2 Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, ou não visem suprir omissões que determinassem a sua exclusão.

21. Critério de adjudicação

- 21.1 A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, determinada pela modalidade monofator, designadamente o preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar de acordo com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 74.º do CCP.
- 21.2 Em caso de empate entre duas ou mais propostas o critério de desempate utilizado é o sorteio.
- a. A data, hora e local do sorteio a realizar será notificado, com o Relatório Final, aos concorrentes ordenados em primeiro lugar.
- b. Do sorteio realizado, será lavrada uma ata que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
- 21.3 Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

22. Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

23. Relatório preliminar

- 23.1 Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
- 23.2 No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no ponto 19.2 do presente programa do procedimento.
- 23.3 Do relatório preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do ponto 19 do presente programa do procedimento.

24. Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

25. Relatório final

- 25.1 Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
- 25.2 No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 25.3 O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

26. Dever de adjudicação

Sem prejuízo do disposto no artigo 79.º n.º 1 do CCP, a entidade adjudicante tomará a decisão de adjudicação.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

27. Notificação da decisão de adjudicação

A decisão de adjudicação será notificada em simultâneo pela entidade responsável pela condução do procedimento ao adjudicatário e a todos os concorrentes juntamente com o relatório final de análise das propostas.

28. Caução

Não é exigida prestação de caução por o preço contratual ser inferior a 500.000,00€.

29. Documentos de habilitação

29.1 O adjudicatário está obrigado a apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo do ANEXO II ao mesmo Código, do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram em nenhuma das situações descritas, nos termos das alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- d) Documento comprovativo da constituição do consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, se o adjudicatário for um agrupamento, de pessoas singulares ou coletivas;
- e) Documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou o respetivo código de acesso, na medida e que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do Código dos Contratos Públicos.

29.2 Se o adjudicatário for um agrupamento, de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação previstos no número anterior devem ser apresentados por todos os membros que o constituem.

29.3 A apresentação dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo pode ser substituída pela indicação do endereço do sítio na Internet onde os mesmos

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

possam ser consultados, bem como a informação necessária à respetiva consulta, caso se verifiquem as condições previstas no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

- 29.4 A apresentação dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, assim como a indicação do endereço referido no número anterior, podem ser dispensadas caso o adjudicatário preste o seu consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que as entidades adjudicantes consultem a informação relativa aos mesmos.
- 29.5 Todos os documentos de habilitação do adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa, no entanto, quando pela própria natureza ou origem, os documentos de habilitação do adjudicatário estiverem redigidos noutra língua, estes devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 29.6 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

30. Minuta do contrato

- 30.1 A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 30.2 Depois de aprovada a minuta do contrato, a mesma será notificada ao adjudicatário.
- 30.3 A respetiva minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
- 30.4 São apenas admitidas reclamações da minuta quando dela constarem obrigações que contrariem ou que não constem da proposta ou dos documentos que serviram de base ao presente procedimento ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 30.5 Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta notifica o adjudicatário da sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

31. Contrato

31.1 O contrato será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Comprovada a prestação da caução, se aplicável;
- c) Confirmados os compromissos, se aplicável.

31.2 A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a assinatura eletrónica do contrato.

32. Caducidade da adjudicação

32.1 A adjudicação pode caducar se por facto imputável ao adjudicatário, este:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação, conforme previsto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP;
- b) Falsificar documentos de habilitação ou prestar culposamente falsas declarações, conforme previsto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP;
- c) Não confirmar, se for o caso, os compromissos com terceiras entidades, conforme previsto nos termos do artigo 93.º do CCP;
- d) Não assinar o contrato, nos termos previstos no artigo 105.º CCP.

32.2 Em caso de caducidade da adjudicação nos termos previstos do artigo anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

33. Comunicações

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

34. Encargos dos concorrentes com a elaboração das propostas

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas e celebração do contrato, incluindo as decorrentes da prestação de caução.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

35. Contagem dos prazos

À contagem dos prazos na fase de formação dos contratos é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.

36. Foro competente

Para a resolução de todos os litígios emergentes do presente procedimento é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

37. Regime legal aplicável

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente programa do procedimento, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e restante legislação aplicável.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

ANEXO I - Modelo de acordo-promessa de constituição de agrupamento

_____ (nome, nº de documento de identificação e morada)
_____, na qualidade de representante legal de _____
(firma, nº de identificação fiscal e sede ou, no caso de grupamento concorrente, firmas, nºs de identificação fiscal e sedes) _____, após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no processo de concurso para contratação da _____, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária com sede em _____. O representante do Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária¹ é a _____ (empresa) _____.
²Pelo presente documento são também expressamente conferidos todos os poderes a “_____”³ para, em nome e representação dos concorrentes promitentes consorciados e para efeitos do presente procedimento, submeter em plataforma eletrónica a respetiva proposta vinculativa daqueles, assinar eletronicamente os inerentes documentos e prestar esclarecimentos sobre a mesma, diretamente⁴ ou por intermédio de representante por si designado⁵.

... (local),.... (data),....

[assinaturas ⁶]

¹ No caso de o agrupamento adotar alguma designação especial, acrescentar: ”adotando o agrupamento a seguinte designação especial:..... (em maiúsculas)

² Opcional

³ Representante do futuro Consórcio

⁴ No caso de pessoas singulares

⁵ No caso de pessoas coletivas

⁶ Pelo(s) representante(s) de cada uma das empresas com poderes para as vincular neste ato

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

ANEXO II - Modelo de declaração de inexistência de impedimentos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁷.. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁸ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁹] os documentos comprovativos de que a sua representada ¹⁰ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ¹¹].

⁷ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁹ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹⁰ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

¹¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Programa do Procedimento

Aquisição de serviços - Elaboração dos projetos de execução para a reabilitação do esporão de Ofir e para reabilitação do esporão sul de Paramos

ANEXO III - Modelo do preço da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas pelo preço de _____ € [em algarismos e por extenso].

LOTES:

- a) Lote 1 - Elaboração do projeto de execução para a reabilitação do esporão de Ofir:
.....€ [em algarismos e por extenso]
- b) Lote 2 - Elaboração do projeto de execução para a reabilitação do esporão sul de Paramos€..... [em algarismos e por extenso]

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Declara ainda que, obedecendo às condições previstas no programa do procedimento e no caderno de encargos, se obriga a manter a sua proposta pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente, no Código dos Contratos Públicos.

... (local),... (data),... [assinatura ¹²].

¹² Por representante(s) da(s) empresa(s) com poderes para a(s) vincular neste ato.